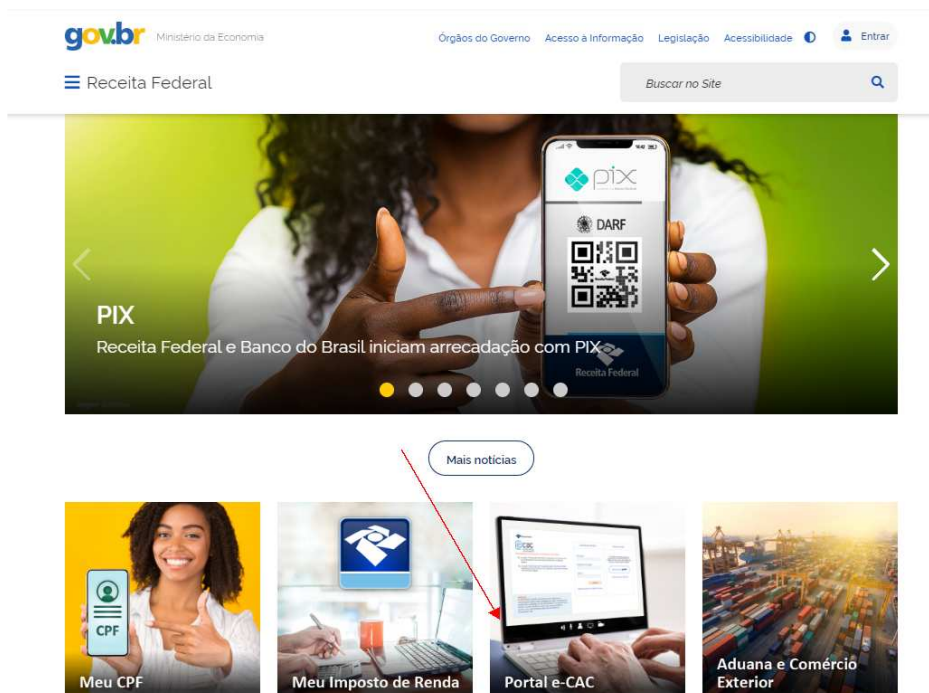


Passo a Passo para aderir à Transação Tributária no Contencioso Administrativo de Pequeno Valor

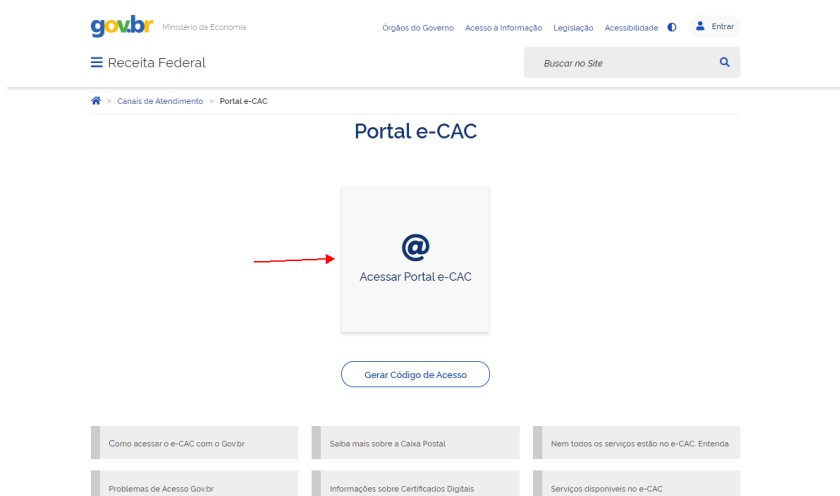
Atualizado em 14/12/2020 – com inclusão da opção de Desistência

Este passo a passo tem por objetivo fornecer orientações sobre como utilizar o sistema para aderir à Transação Tributária no Contencioso Administrativo de Pequeno Valor, referente ao Edital de Transação por Adesão nº 1, de 2020.

1º - Acesse a página principal da RFB na Internet em < <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br> >, selecione e-CAC, conforme mostrado na imagem abaixo.



2º - Na página de orientações sobre e-CAC, selecione 'ACESSAR':



3º - Preencha os dados para sua identificação:

Receita Federal
e-cac
CENTRO VIRTUAL DE ATENDIMENTO

Para cadastrar um procurador, o contribuinte pode utilizar:

- a opção "Procuração Eletrônica", disponível no Portal e-CAC (o contribuinte e seu procurador precisam ter certificado digital);
- a opção "Solicitação de Procuração para a Receita Federal", disponível fora do Portal e-CAC (apenas o procurador precisa ter certificado digital).

ATENÇÃO:
As informações contidas nos sistemas informatizados da Administração Pública estão protegidas por sigilo. Todo acesso é monitorado e controlado. Ao dar continuidade à navegação neste serviço o usuário declara-se ciente das responsabilidades penais, civis e administrativas descritas na Política de Privacidade e Uso

CÓDIGO DE ACESSO

CPF/CNPJ

CÓDIGO DE ACESSO

SENHA

Avançar

Saiba como gerar o código de acesso

ACESSO GOVBR

O GovBR é um serviço online de identificação e autenticação digital do cidadão em único meio, para acesso aos diversos serviços públicos digitais.

Entrar com govbr

Saiba mais sobre GOVBR

4º - Após conectar-se no e-CAC, escolha a opção 'Pagamentos e Parcelamentos':

BRASIL **CORONAVÍRUS (COVID-19)** **Simplifique!** **Participe** **Acesso à informação** **Legislação** **Canais**

Título do Código:
 Responsável Legal:
 Seu código de acesso irá expirar em: 9/9/2022

LOCALIZAR SERVIÇO

Alterar perfil de acesso

Você tem uma nova mensagem

SERVIÇOS EM DESTAQUE

- Processos Digitais (e-Processo)
- Serviços disponíveis via CHAT

SERVIÇOS MAIS ACESSADOS

- Inscrição, Alteração, Consulta, Paralisação e Reativação de Obra
- Inscrição, Alteração e Consulta de Matrícula CEI
- Parcelamento Simplificado Previdenciário

Pagamentos e Parcelamentos

Cadastros

Certidões e Situação Fiscal

Cobrança e Fiscalização

Conveniados e Parceiros

Declarações e Demonstrativos

Dívida Ativa da União

Dívida Ativa PGF

Legislação e Processo

Pagamentos e Parcelamentos

Regimes e Registros Especiais

Restituição e Compensação

Sem grupo definido

Senhas e Procurações

Simples Nacional

Outros

5º - Escolha 'Transacionar Contencioso de Pequeno Valor':

Pagamentos e Parcelamentos

Pagamento

- Ajustar Documentos de Arrecadação (SISTAD)
- Consulta Comprovante de Pagamento - DARF, DAS, DAE e DJE
- Consulta Pendências - Situação Fiscal
- Consultar Retenções do FPEM
- Débito automático da rede arrecadadora
- Retificação de Pagamento - GPS
- Retificação de Pagamento - Redarf

Parcelamento

- Parcelamento - Solicitar e acompanhar
- Parcelamento Não Previdenciário
- Parcelamento Simplificado Previdenciário

Parcelamento do MEI

- Parcelamento de Débitos do MEI
- Parcelamento Especial do MEI
- Programa Especial de Regularização Tributária - PERT-MEI

Parcelamentos Especiais

- Acessar Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)
- Opções da Lei nº 11.941/2009
- Pagamento e Parcelamento Lei nº 12.996/2014
- Parcelamento - Solicitar e acompanhar
- Programa de Regularização Tributária-Débitos Previdenciários
- Programa Especial Reg Tributária-PERT -Débito Previdenciário
- Programa Especial Regularização Tributária - PERT-SN
- Reabertura Pagamento e Parcelamento Lei nº 11.941/2009

Transação Tributária

- Transacionar Contencioso de Pequeno Valor

Figura 1: menu inicial da funcionalidade

O menu inicial contém quatro opções: adesão, desistência, emissão de documentos e emissão de DARF. Cada uma dessas opções será explanada a seguir.

IMPORTANTE: um procedimento de adesão iniciado, mas não concluído terá seus dados apagados no processamento noturno do mesmo dia. A conclusão ocorre após o clique no botão “Confirmar Adesão”, conforme será explicado mais adiante.

Observação: para adesão de contribuinte falecido e/ou parcelamento da pessoa jurídica pela pessoa física, no caso de empresa baixada, o interessado deverá procurar os canais de atendimento da RFB.

1) Opção Adesão

A adesão deverá ser realizada de acordo com o tipo de débito que se deseja transacionar.

O grupo de “Débitos Previdenciários” abrange os débitos previdenciários. Esta alternativa refere-se à alínea “a” do item 1.3 do EDITAL. Entretanto, caso os débitos desta alínea sejam recolhidos por meio de DARF, a opção de adesão deve ser feita no grupo “Demais Débitos” (item 1.4 do EDITAL).

O grupo dos “Demais Débitos” engloba os tributos que são recolhidos por meio de DARF. Esta opção refere-se à alínea “b” do item 1.3 do EDITAL.

Após clicar pela primeira vez em qualquer um dos dois grupos, a próxima tela trata da autorização de implementação de endereço eletrônico (caixa postal), que é obrigatória conforme item 2.4 do EDITAL.

Figura 2: autorização de implementação de caixa postal

Uma vez autorizada a implementação da caixa postal, essa autorização já é válida para a adesão dos dois grupos.

Lei nº 13.988 de 2020 – Transação de Contencioso de Pequeno Valor

Autorização de Implementação de Endereço Eletrônico (Caixa Postal)

Implementação do endereço eletrônico realizado com sucesso.

As comunicações oficiais, inclusive intimações, referentes à "Transação de Contencioso de Pequeno Valor" serão enviadas pela caixa postal do e-CAC.

[Continuar](#)

Figura 3: confirmação de implementação de caixa postal

As próximas telas serão diferentes, a depender do grupo de débitos selecionado. A seguir, detalharemos cada um deles.

a) Grupo “Demais Débitos”

Lei nº 13.988 de 2020 – Transação de Contencioso de Pequeno Valor

[Voltar](#)

Inclusão de Débitos

Informe o número do processo e, caso o mesmo pertença a outro contribuinte, o número de identificação do titular:

* Número do Processo:

Número de Identificação do Titular:

[Incluir](#)

Processo	Identificação do Titular	Principal (R\$)	Multa (R\$)	Juros (R\$)	Total (R\$)
Continuar					

Figura 4: inclusão de débitos - Demais Débitos

Para este grupo, basta digitar número do processo para que as informações sejam carregadas no sistema. Importante observar que se o processo pertencer a outro contribuinte, como no caso de incorporações ou empresas baixadas, é necessário digitar também o número de identificação do titular.

Lei nº 13.988 de 2020 – Transação de Contencioso de Pequeno Valor

[Voltar](#)

Inclusão de Débitos

Informe o número do processo e, caso o mesmo pertença a outro contribuinte, o número de identificação do titular:

* Número do Processo:

Número de Identificação do Titular:

[Incluir](#)

Processo	Identificação do Titular	Principal (R\$)	Multa (R\$)	Juros (R\$)	Total (R\$)
12.721/20-91	01.36.0001-~	0,00	19.200,00	12.389,76	31.589,76

[Continuar](#)

Figura 4: processo incluído - Demais Débitos

Concluída a inclusão dos processos, após clicar em “Continuar”, serão apresentadas as modalidades de pagamento, conforme item 6 do EDITAL.

Lei nº 13.988 de 2020 – Transação de Contencioso de Pequeno Valor

Adesão - Demais Débitos

Valores Negociados sem Reduções				
Principal	Multa	Juros	Total	
R\$0,00	R\$19.200,00	R\$12.389,76	R\$31.589,76	

Opção de Pagamento										
Opção	Principal	Multa	Juros	Total	Entrada	Entrada		Restantes		
						Parcelas	Valor	Parcelas	Valor	
I	R\$0,00	R\$9.600,00	R\$6.194,88	R\$15.794,88	R\$947,69	1	R\$947,69	7	R\$2.121,03	
II	R\$0,00	R\$11.520,00	R\$7.433,86	R\$18.953,86	R\$1.137,24	2	R\$568,62	18	R\$989,81	
III	R\$0,00	R\$13.440,00	R\$8.672,83	R\$22.112,83	R\$1.326,78	2	R\$663,39	29	R\$716,76	
IV	R\$0,00	R\$15.360,00	R\$9.911,81	R\$25.271,81	R\$1.516,32	3	R\$505,44	47	R\$505,44	

Continuar

Figura 6: modalidades de pagamento - Demais Débitos

Na tabela superior da Figura 6, está o valor total de todos os processos incluídos no passo anterior, sem as reduções. A tabela inferior mostra os valores calculados conforme as regras de cada modalidade de pagamento, com as reduções aplicadas e especificando a quantidade e o valor das parcelas de entrada e das restantes.

Após a escolha da modalidade de pagamento, será apresentada a tela de consolidação, conforme a Figura 7, abaixo:

Lei nº 13.988 de 2020 – Transação de Contencioso de Pequeno Valor

Consolidação - Demais Débitos

Valores Negociados sem Reduções				
Principal	Multa	Juros	Total	
R\$0,00	R\$19.200,00	R\$12.389,76	R\$31.589,76	

Opção de Pagamento										
Opção	Principal	Multa	Juros	Total	Entrada	Entrada		Restantes		
						Parcelas	Valor	Parcelas	Valor	
IV	R\$0,00	R\$15.360,00	R\$9.911,81	R\$25.271,81	R\$1.516,32	3	R\$505,44	47	R\$505,44	

Composição da Parcela Básica				
Principal	Multa	Juros	Total	
R\$0,00	R\$307,20	R\$198,24	R\$505,44	

A adesão à transação implica:

- desistência das impugnações ou dos recursos administrativos interpostos, em relação aos débitos incluídos;
- renúncia às alegações de direito sobre as quais essas impugnações ou recursos tenham fundamento;
- confissão, de forma irrevogável e irretirável, nos termos dos arts. 389 e 395 da Lei nº 13.105, de 19 de março de 2015, de ser devedor dos débitos incluídos na transação, pelos quais responde na condição de contribuinte ou responsável;
- consentimento quanto à divulgação, em meio eletrônico, de todas as informações constantes do termo de transação, resguardadas as legalmente protegidas por sigilo.

Confirmar Adesão

Figura 7: consolidação dos débitos para confirmação da adesão – Demais Débitos

É necessário clicar no botão “Confirmar Adesão” para que se conclua o pedido de adesão.

IMPORTANTE: Caso o contribuinte perceba que incluiu erroneamente algum processo, **não deve confirmar a adesão**, visto que o sistema apagará diariamente os dados no processamento noturno, podendo ser reiniciado em outro dia.

Na próxima tela (Figura 8, abaixo), aparece a mensagem de que o pedido de adesão foi realizado com sucesso, seguido do respectivo grupo de débitos para o qual está sendo feita a adesão.

Depois dessa confirmação, é possível visualizar o recibo de adesão e também emitir o DARF para pagamento da parcela do mês corrente. Essas mesmas ações poderão ser realizadas nas opções

Lei nº 13.988 de 2020 – Transação de Contencioso de Pequeno Valor

Pedido de Adesão realizado com Sucesso - Demais Débitos

O pedido de adesão à “Transação de Contencioso de Pequeno Valor” da Lei 13.988 de 14 de abril de 2020, demais débitos, nos casos de deferimento do pedido, produzirá efeitos no dia do pagamento da primeira parcela, que deverá ocorrer até o último dia útil do mês do requerimento.

O recibo de adesão à “Transação de Contencioso de Pequeno Valor” está disponível para consulta ou impressão na opção “Emissão de Documentos”.

O DARF fica disponível para impressão na opção “Emissão de DARF”.

Sair Visualizar Recibo Emitir DARF

Figura 8: confirmação do pedido de adesão - Demais Débitos

“Emissão de documentos” e “Emissão de DARF”, do menu inicial da funcionalidade, conforme tela da Figura 1 e serão explicadas mais adiante.

b) Grupo “Débitos Previdenciários”

Lei nº 13.988 de 2020 – Transação de Contencioso de Pequeno Valor ⏪ Voltar

Inclusão de Débitos

ALERTA: As informações a serem prestadas a seguir são de responsabilidade do contribuinte que deve conferi-las atentamente antes de sua inclusão.

Informe o número do processo e, caso o mesmo pertença a outro contribuinte, o número de identificação do titular:

* Número do Processo:

Número de Identificação do Titular:

* Número do Debcad:

Informe os valores atualizados do debcad, sem reduções:

* Principal:

* Multa:

* Juros:

Processo	Identificação do Titular	Debcad	Principal (R\$)	Multa (R\$)	Juros (R\$)	Total (R\$)
<input type="button" value="Continuar"/>						

Figura 9: inclusão de débitos - Débitos Previdenciários

Para incluir processos contendo débitos previdenciários, é necessário informar mais dados:

- Número do Processo
- Número de identificação do titular do processo (se for o caso)
- Número do debcad

Em seguida, deverão ser inseridos os valores de Principal, Multa e Juros, atualizados para a data da adesão à transação. Feito isso, clica-se no botão “Incluir”.

OBSERVAÇÃO 1: todos os campos devem ser preenchidos. Se houver debcad sem valor para algum dos campos – principal, multa ou juros – recomenda-se digitar o valor R\$ 0,01 (um centavo) para que seja possível prosseguir com a inclusão.

Um mesmo processo pode conter mais de um debcad. Assim, todos devem ser inseridos um a um no campo “Número do Debcad” junto com os respectivos valores de Principal, Multa e Juros.

OBSERVAÇÃO 2: como há muitos campos a serem preenchidos com informação digitada, recomenda-se fazer uma checagem cuidadosa para verificar se os números foram digitados corretamente.

Inclusão de Débitos

ALERTA: As informações a serem prestadas a seguir são de responsabilidade do contribuinte que deve conferi-las atentamente antes de sua inclusão.

Informe o número do processo e, caso o mesmo pertença a outro contribuinte, o número de identificação do titular:

* Número do Processo:

Número de Identificação do Titular:

* Número do Debcad:

Informe os valores atualizados do debcad, sem reduções:

* Principal:

* Multa:

* Juros:

Processo	Identificação do Titular	Debcad	Principal (R\$)	Multa (R\$)	Juros (R\$)	Total (R\$)
1.3.6.720.72/201-33	7.021.4.0001-85	6249 2-9	12.776,34	9.643,78	3.654,43	26.074,55
1.3.6.720.72/201-33	7.021.4.0001-85	6249 8-2	1.237,48	645,30	239,17	2.121,95
1.3.6.720.72/201-33	7.021.4.0001-85	6249 3-9	4.091,22	3.876,45	1.299,87	9.267,55

Figura 10: processo e debcads incluídos - Débitos Previdenciários

Depois de inserir todos os processos e seus respectivos debcads e valores, clica-se no botão “Continuar”. Em seguida, serão apresentadas as opções de modalidade, conforme item 6 do EDITAL.

Assim como foi explicado anteriormente para a Figura 6, na tabela superior da Figura 11, está o valor total de todos os processos incluídos no passo anterior, sem as reduções. A tabela inferior mostra os valores calculados conforme as regras de cada modalidade de pagamento, com as reduções aplicadas e especificando a quantidade e o valor das parcelas de entrada e das restantes.

Após a escolha da modalidade de pagamento, será apresentada a tela de consolidação, conforme a Figura 12, abaixo:

Lei nº 13.988 de 2020 – Transação de Contencioso de Pequeno Valor Voltar

Adesão - Débitos Previdenciários

Valores Negociados sem Reduções				
Principal	Multa	Juros	Total	
R\$ 18.105,04	R\$ 14.165,54	R\$ 5.193,47	R\$ 37.464,05	

Opção de Pagamento									
Opção	Principal	Multa	Juros	Total	Entrada	Entrada		Restantes	
						Parcelas	Valor	Parcelas	Valor
<input type="radio"/> I	R\$ 9.052,52	R\$ 7.082,77	R\$ 2.596,75	R\$ 18.732,04	R\$ 1.123,92	2	R\$ 561,96	7	R\$ 2.515,45
<input type="radio"/> II	R\$ 10.863,02	R\$ 8.499,33	R\$ 3.116,08	R\$ 22.478,43	R\$ 1.348,72	2	R\$ 674,36	18	R\$ 1.173,87
<input type="radio"/> III	R\$ 12.673,53	R\$ 9.915,88	R\$ 3.635,43	R\$ 26.224,84	R\$ 1.573,50	3	R\$ 524,50	29	R\$ 850,05
<input type="radio"/> IV	R\$ 14.494,03	R\$ 11.332,43	R\$ 4.154,78	R\$ 29.971,24	R\$ 1.798,26	3	R\$ 599,42	52	R\$ 541,79

Continuar

Figura 51: modalidades de pagamento - Débitos Previdenciários

Lei nº 13.988 de 2020 – Transação de Contencioso de Pequeno Valor Voltar

Consolidação - Débitos Previdenciários

Valores Negociados sem Reduções				
Principal	Multa	Juros	Total	
R\$ 18.105,04	R\$ 14.165,54	R\$ 5.193,47	R\$ 37.464,05	

Opção de Pagamento									
Opção	Principal	Multa	Juros	Total	Entrada	Entrada		Restantes	
						Parcelas	Valor	Parcelas	Valor
II	R\$ 10.863,02	R\$ 8.499,33	R\$ 3.116,08	R\$ 22.478,43	R\$ 1.348,72	2	R\$ 674,36	18	R\$ 1.173,87

Composição da Parcela Básica				
Principal	Multa	Juros	Total	
R\$ 567,29	R\$ 443,85	R\$ 162,73	R\$ 1.173,87	

A adesão à transação implica:

- desistência das impugnações ou dos recursos administrativos interpostos, em relação aos débitos incluídos;
- renúncia às alegações de direito sobre as quais essas impugnações ou recursos tenham fundamento;
- confissão, de forma irrevogável e irretirável, nos termos dos arts. 389 e 395 da Lei nº 13.105, de 10 de março de 2015, de ser devedor dos débitos incluídos na transação, pelos quais responde na condição de contribuinte ou responsável;
- consentimento quanto à divulgação, em meio eletrônico, de todas as informações constantes do termo de transação, resguardadas as legalmente protegidas por sigilo.

Confirmar Adesão

Figura 62: consolidação dos débitos para confirmação da adesão – Débitos Previdenciários

É necessário clicar no botão “Confirmar Adesão” para que se conclua o pedido de adesão.

IMPORTANTE: Caso o contribuinte perceba que incluiu indevidamente algum processo, a partir das adesões feitas em 14/12/2020 será possível excluir debcads antes de finalizar. Até 14/12/2020 a orientação era de **não confirmar a adesão**, visto que o sistema apagava diariamente os dados, em processamento noturno.

Na próxima tela (Figura 13, abaixo), aparece a mensagem de que o pedido de adesão foi realizado com sucesso, seguido do respectivo grupo de débitos para o qual está sendo feita a adesão.

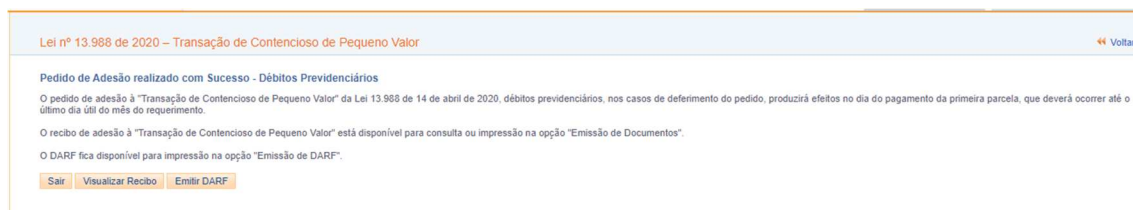


Figura 13: confirmação do pedido de adesão - Débitos Previdenciários

Depois dessa confirmação, é possível visualizar o recibo de adesão e também emitir o DARF para pagamento da parcela do mês corrente. Essas mesmas ações poderão ser realizadas nas opções “Emissão de documentos” e “Emissão de DARF”, do menu inicial da funcionalidade, conforme tela da Figura 1.

2) Desistência de Adesão

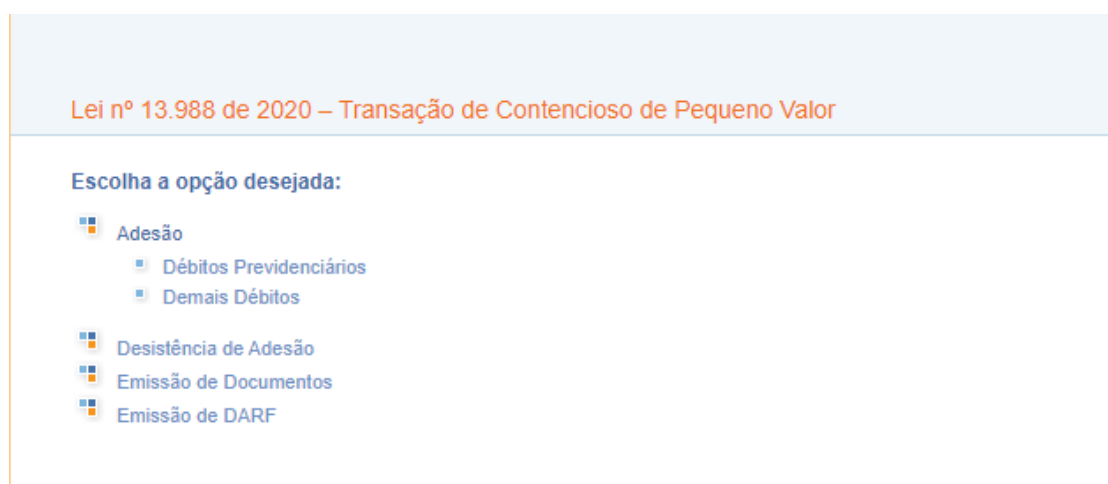


Figura 14: Menu com as opções – inclusão da desistência da adesão



Figura 15: adesões passíveis de desistência

A partir de 14/12/2020 será possível efetuar a desistência de qualquer uma das modalidades negociadas anteriormente. O contribuinte pode desistir da modalidade e na sequência efetuar nova opção, incluindo e/ou alterando processos. A nova opção deve abranger os processos negociados anteriormente e os novos que deseja incluir. Eventual problema na nova opção o interessado deve procurar os canais de atendimento ao contribuinte da RFB.

A desistência, sem nova adesão ou a não inclusão na nova adesão, dos processos antes negociados, ensejará o prosseguimento da cobrança dos débitos/processos.

Os pagamentos efetuados antes da desistência, serão aproveitados na consolidação (prevista para janeiro de 2021). No entanto, na nova adesão o sistema fará o cálculo da parcela sem considerar os pagamentos já efetuados. O contribuinte tem a opção de recolher a nova parcela integralmente, conforme DARF gerado pelo sistema, ou então efetuar o cálculo e emitir DARF manual do novo valor apurado.

3) Opção “Emissão de Documentos”

Após efetuar a adesão à transação e/ou a desistência da transação, haverá a possibilidade de emitir os recibos de adesão e da desistência, conforme o grupo de tributos selecionado e, também, o recibo de implementação de caixa postal.



4) Opção “Emissão de DARF”

Figura 7: menu para emissão de recibos

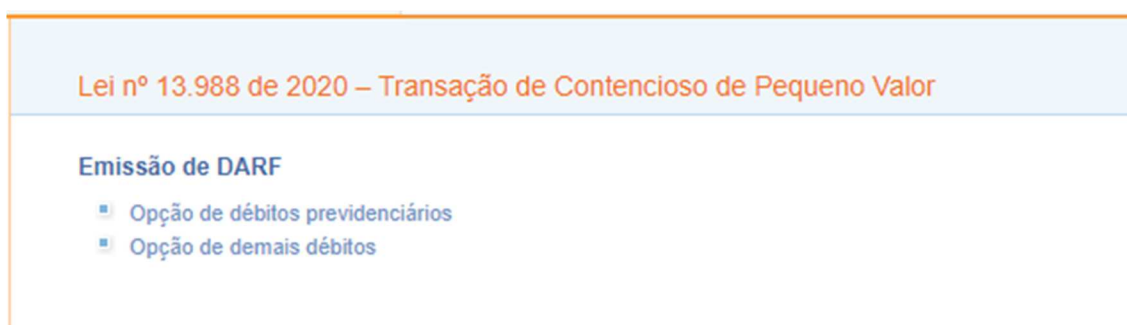


Figura 8: menu para emissão de DARF

Nesta opção, é possível emitir o DARF da parcela do mês corrente.